

Editorial

As fraldas de bebé para toda a noite e o prolongamento da escolaridade obrigatória



ABREU PESSEGUEIRO (*)

Na novel Reforma do Ensino Secundário e na conseqüente revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo o Governo determina, à semelhança dos países mais desenvolvidos da Europa, o prolongamento da escolaridade obrigatória até ao 12.º ano. À primeira vista, nada mais progressista e completamente inquestionável à luz dos princípios do desenvolvimento social que todos queremos! Contudo, o Executivo, em vez de executar a obrigatoriedade da actual escolaridade mínima de 9 anos, atacando as razões para uma taxa brutal de abandono escolar (na idade de ensino obrigatório), lança e obriga-se a uma medida que, todos sabemos irrealizável a médio prazo, num país que ainda tem enormes bolsas de trabalho infantil! Uma boa intenção programática vale o que vale se não for realizável.

Mas, descendo do onírico e pisando esta terra, será que o aumento da escolaridade obrigatória, constituiria por si só um motor de progresso e desenvolvimento social? Esse aumento de escolaridade constitui uma conquista positiva para a maioria dos cidadãos ou é um prolongamento do tempo em que o estudante se "arrasta pela escola"?

Situemo-nos: Estamos na Alemanha em que 80% dos alunos do Secundário (obrigatório) frequentam Cursos Tecnológicos? Ou estamos em Portugal em que 80% dos nossos jovens do Secundário (ainda não obrigatório) frequentam, ao contrário, Cursos para prosseguimento de estudos superiores, isto é, licenciaturas na grande maioria, para o desemprego ou para o trabalho indiferenciado?

No nosso país, o excessivo peso dos Cursos Gerais, vocacionados para o prosseguimento de estudos superiores, face ao fraco incremento efectivo dos Cursos Tecnológicos (vocacionados essencialmente para uma preparação profissional) **muda todo o sentido da intenção em aumentar a escolaridade obrigatória**. Na prática, com a Reforma do Ensino Secundário a iniciar-se no próximo ano lectivo, vemos da parte do Estado uma retracção, até um desinvestimento, naquilo que é fundamental para o futuro do País: a formação de quadros técnicos médios que permita um trabalho verdadeiramente qualificado e inovador de que nós somos tão deficitários. O próximo alargamento da União Europeia, nomeadamente à Polónia e à República Checa, vai demonstrar a nossa fragilidade e então já será tarde para deixarmos de ser um país de serviços. Contudo, o Governo clama por um sistema educativo para todos até ao 12.º ano **sem especificar o que os cidadãos conquistam com esse 12.º ano**.

Quem pisa o terreno da educação como nós, professores do Ensino Secundário e também do Superior, vem constatando que os adolescentes e jovens adultos são, globalmente, cada vez mais imaturos. É crescente a dependência dos jovens alunos em relação à família e aos professores, ficando estes, cada vez menos autónomos, num processo de infantilização prolongada. Sociologicamente sabe-se que o prolongamento da infantilização está na razão directa do prolongamento da escolaridade. Isso sucede porque as necessidades do jovem estudante são supridas na Escola que lhe fornece os meios e o orienta no estudo e, no seio da sua Família que, de acordo com as suas possibilidades, o veste, o alimenta, lhe dá a

“semanada”, lhe dá mimos (afectivos e materiais). Nenhum mal estaria neste facto se a escolaridade para a maioria dos cidadãos terminasse aos 17 ou 18 anos de idade, após a qual ganhassem a sua autonomia económica por abraçarem uma profissão. O problema é, quando a escolaridade dependente da família e da Escola se prolonga até aos 28, 29 ou 30 anos de idade! Aqui, julgo que a preocupação fundamental não está tanto na economia nacional, mas sim no facto do próprio cidadão continuar material e afectivamente dependente (infantilizado) incapaz de criar uma autonomia responsável.

Tem havido por parte de muitos educadores formais (Pais e Professores) a ideia de que ajudar a crescer uma criança ou um jovem é dar e nunca reprimir. Julga-se que, dizer não a uma criança é algo que contraria a sua liberdade. Nada mais errado. Dar afecto, sem dúvida... só que mais fácil é, dar brinquedos, dar divertimento, dar gelados, dar ténis de marca, dar computador, dar telemóvel, dar moto, dar carro, dar notas... dar... dar... e dar! A ausência de necessidades (mesmo que os pais tenham muitas necessidades) é exactamente um impedimento à procura e, sem procura, não há desenvolvimento pessoal.

A não ser o cada vez mais excepcional jovem estudante-trabalhador, os nossos jovens são guarnecidos por um estatuto de menoridade que contraria o objectivo educativo essencial que é o de promover a autonomia e o sentido da responsabilidade. A ausência de necessidades e de desafios é tão notória que até há bons alunos que procuram metas difíceis, só porque são difíceis. Eles querem provar a si próprios que as conseguem atingir. Dou o exemplo de um bom aluno que está vocacionado para a Engenharia Electrónica mas que acha as suas notas um desperdício e, por isso, mais apropriadas para se candidatar a Medicina (curso a que nunca tinha pensado candidatar-se antes).

A ausência de necessidades determina uma infantilização e, por isso, o Ensino Secundário é já um prolongamento do Básico, assim como o Superior será, em breve, também, um prolongamento do Secundário.

Hoje é frequente, os Professores referirem-se aos seus alunos do 12.º ano, com idades de 16, 17 e até 18 anos como os “meus miúdos”. A componente afectiva é hoje relevante no processo educativo até ao 12.º ano e o jovem estudante sente isso quando justifica, por exemplo, uma falta de material pelo simples facto da sua mãe se ter esquecido de lhe meter a bolsa na sua mochila, ou de chegar atrasado à aula porque adormeceu e não o acordaram. Qualquer destas justificações é aceite como normal por todos e contudo, recordemos que as mesmas, há 20 anos, seriam motivo de galhofa por parte dos seus colegas de turma.

Há dias vi num anuncio televisivo umas fraldas que mantêm o rabinho seco do bebé durante toda a noite. Pensei: aqui está mais uma medida tecnológica avançada propiciadora da regressão do desenvolvimento da criança. O desprazer desperta a necessidade de conter... de interiorizar uma acção que, depois de consciente e reflectida, constituirá mais tarde um esquema mental. É com vitórias, mas também com fracassos que se faz a aprendizagem e só assim a criança se torna apta a viver em sociedade. Se o bebé se sente tão confortável independentemente da natural ausência de controlo fisiológico porque razão é que ele há de prescindir das fraldas?

- Assim teremos crianças cada vez, mais bebés até mais tarde;
 - Os papás descansarão dos choros incómodos de um bebé molhado;
 - As fábricas de fraldas venderão mais fraldas.
- Este prolongamento da escolaridade obrigatória não terá a mesma lógica?